



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

ANEXO I.7

Termos e Condições da Garantia Pública

SOLÁRIO CARIOCA



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

1. DIRETRIZES GERAIS

1.1. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA compreenderá a abertura de conta bancária de movimentação restrita junto à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, destinada a constituir o devido saldo garantia (doravante CONTA GARANTIA), observadas as diretrizes do presente ANEXO.

1.2. A CONTA GARANTIA deverá ser mantida durante toda a vigência do CONTRATO, e somente poderá ser encerrada em caso de celebração de um novo CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA com nova INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

1.3. O CONTRATO de CONCESSÃO prevê que o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO devida à CONCESSIONÁRIA, como remuneração pelos seus serviços, será realizado por meio de recursos advindos da dotação orçamentária indicada pelo PODER CONCEDENTE.

2. SISTEMA DE GARANTIA – CONTA GARANTIA

2.1. O CONTRATO de CONCESSÃO obriga o PODER CONCEDENTE a instituir, em favor da CONCESSIONÁRIA, sistema de garantia do pagamento da REMUNERAÇÃO.

2.2. O sistema de garantia consistirá na criação de CONTA GARANTIA, a ser gerida por INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com as funções de: (i) receber recursos orçamentários transferidos pelo Tesouro Municipal a fim de compor o SALDO GARANTIA; e (ii) manter o SALDO GARANTIA para assegurar o adimplemento das obrigações pecuniárias do PODER CONCEDENTE no âmbito da CONCESSÃO.

2.2.1. Nos termos do item 2.2 acima, o sistema de garantia compreenderá a abertura e manutenção, junto a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, de uma conta bancária de movimentação restrita (CONTA GARANTIA), a ser movimentada exclusivamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, com as funções de receber valores transferidos pelo PODER CONCEDENTE e constituir o SALDO GARANTIA conforme CONTRATO, e



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

repassar os recursos à CONCESSIONÁRIA nos casos de inadimplência previstos contratualmente.

2.3. Para a constituição do SALDO GARANTIA, que deverá ocorrer até o final da FASE DE IMPLANTAÇÃO, cujo prazo máximo é o 9º mês após a DATA DA ORDEM DE INÍCIO, o PODER CONCEDENTE transferirá montante equivalente a 3 (três) parcelas mensais da CONTRAPRESTAÇÃO DE REFERÊNCIA para a CONTA GARANTIA.

2.4. A origem dos recursos a serem transferidos para a CONTA GARANTIA será a dotação orçamentária indicada pelo PODER CONCEDENTE, aprovada nos termos da legislação orçamentária e financeira pertinente.

2.5. Após a transferência dos recursos, todas as movimentações na CONTA GARANTIA serão realizadas exclusivamente pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

2.6. Os valores transferidos à CONTA GARANTIA estarão vinculados ao CONTRATO de CONCESSÃO e serão utilizados para constituir SALDO GARANTIA, que poderá ser executado pela CONCESSIONÁRIA nas hipóteses de inadimplemento pecuniário do PODER CONCEDENTE a ser caracterizado nos termos do item 3.1 do presente ANEXO.

2.7. O SALDO GARANTIA será correspondente ao valor de 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES MENSAIS DE REFERÊNCIA durante toda a vigência da CONCESSÃO.

2.7.1. Sempre que o SALDO GARANTIA for reduzido para pagamento de eventual inadimplemento do PODER CONCEDENTE, o PODER CONCEDENTE realizará a recomposição do referido valor à CONTA GARANTIA.

2.7.2. Se o SALDO GARANTIA exceder o valor correspondente a 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES DE REFERÊNCIA, o montante excedente deverá ser transferido



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

para o Tesouro Municipal.

2.8. Após a execução do SALDO GARANTIA, os saldos eventualmente remanescentes na CONTA GARANTIA deverão ser aplicados em investimentos de liquidez diária, atrelados à Taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic).

3. PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DO SALDO GARANTIA

3.1. Na hipótese de o PODER CONCEDENTE não realizar a transferência de recursos destinados ao pagamento da REMUNERAÇÃO à CONCESSIONÁRIA até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao mês de exercício, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar imediatamente o PODER CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. Então, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA fixará o prazo mínimo de 5 (cinco) dias para que o PODER CONCEDENTE proceda ao pagamento da REMUNERAÇÃO.

3.2. Caso o PODER CONCEDENTE não proceda ao pagamento entre o período fixado pela notificação indicada no item acima e o prazo máximo correspondente ao 30º (trigésimo) dia do mês subsequente ao respectivo mês de exercício, estará caracterizado o seu inadimplemento pecuniário em face da CONCESSIONÁRIA.

3.3. Uma vez configurado o inadimplemento pecuniário do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá requerer, mediante notificação endereçada à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, a execução do SALDO GARANTIA em montante correspondente à REMUNERAÇÃO MENSAL EFETIVA, observado o disposto na subcláusula 20.4 do CONTRATO de CONCESSÃO.

3.4. Executado o SALDO GARANTIA, a INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá notificar o PODER CONCEDENTE para que este proceda à recomposição do valor indicado no item 2.7 deste ANEXO na CONTA GARANTIA.

4. OBRIGAÇÕES DAS PARTES



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

4.1. Serão obrigações do PODER CONCEDENTE:

- (a)** garantir o cumprimento integral e tempestivo do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA, durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e garantindo que quaisquer medidas restritivas dos direitos conferidos às PARTES no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA sejam efetivadas em conformidade com a lei e com a devida motivação;
- (b)** fornecer à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA cópia do CONTRATO de CONCESSÃO;
- (c)** não criar, incorrer ou permitir que sejam constituídos quaisquer ônus, gravames ou embaraços sobre os valores depositados na CONTA GARANTIA;
- (d)** cuidar para a manutenção da CONTA GARANTIA por todo o prazo de vigência do CONTRATO, livre de quaisquer restrições, e viabilizar, sempre que necessária, a imediata contratação de nova CONTA GARANTIA, a fim de assegurar a continuidade dos fluxos de pagamentos da CONCESSIONÁRIA, nos termos da legislação e do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA;
- (e)** assegurar a manutenção do SALDO GARANTIA de 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES DE REFERÊNCIA na CONTA GARANTIA;
- (f)** prestar todos os esclarecimentos solicitados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA;
- (g)** informar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA sempre que houver alterações no prazo do CONTRATO ou nos valores de CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL DE REFERÊNCIA, no âmbito da CONCESSÃO;



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

(h) informar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA por escrito a existência de qualquer demanda judicial ou extrajudicial que possa afetar os direitos da SPE e os recursos depositados na CONTA GARANTIA; e

(i) indicar preposto que estará autorizado a acessar extrato da CONTA GARANTIA.

4.2. Serão obrigações da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA:

(a) garantir o cumprimento integral e tempestivo do presente CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA durante todo o período de vigência do CONTRATO, agindo sempre de boa-fé e zelando pelos ativos sob sua custódia ou controle, com o mesmo grau de zelo empregado em relação a seus próprios ativos;

(b) atuar, na qualidade de administradora da CONTA GARANTIA, como fiel depositária dos valores nela existentes, realizando tempestivamente as transferências dos recursos devidos, conforme previsto neste CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA;

(c) desempenhar, única e exclusivamente, as funções expressamente previstas no CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA, não estando implícita nenhuma outra função ou responsabilidade adicional ou complementar, como o saque ou a transferência de numerários de maneira independente;

(d) recusar-se a efetivar determinações do PODER CONCEDENTE que contrariem, expressamente, as disposições do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA; e

(e) fornecer ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, sempre que lhe



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
Secretaria Municipal de Coordenação Governamental
Rua Afonso Cavalcante, 455 - 13º andar – Bloco 1
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20211-110
Tel.: (21) 2976-1196 / (21) 2976-1258

solicitado, as informações sobre CONTA GARANTIA e SALDO GARANTIA, em prazo hábil.

5. OUTRAS DISPOSIÇÕES

5.1. A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA deverá ser notificada da irregularidade na prestação dos serviços, e será responsabilizada caso não sane a irregularidade em prazo hábil.

5.2. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA permanecerá vigente todo o prazo de duração da CONCESSÃO.

5.3. O CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA poderá ser rescindido de comum acordo entre as PARTES ou por solicitação da CONCESSIONÁRIA, hipótese na qual um novo contrato deverá ser celebrado tendo o mesmo objeto e condições contratuais, considerado o tempo de vigência remanescente do CONTRATO de CONCESSÃO.

5.4. É facultado à CONCESSIONÁRIA solicitar a extinção do CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTA GARANTIA e, superveniente celebração de novo contrato tendo o mesmo objeto e condições contratuais, na hipótese de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos das REMUNERAÇÕES que lhe forem devidas e/ou na hipótese de inadimplemento parcial da INSTITUIÇÃO FINANCEIRA que inviabilize ou onere excessivamente a CONCESSÃO.

5.5. O pagamento pelos serviços prestados pela INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, bem como o ressarcimento de quaisquer despesas, caberá ao PODER CONCEDENTE.